DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.106

UMA BREVE HISTÓRIA DA RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA E GEOGRAFIA

A BRIEF HISTORY OF THE RELATIONSHIP BETWEEN ECONOMICS AND GEOGRAPHY

Marco Santos Duarte[1]
Uilmer Rodrigues Xavier da Cruz[2]

RESUMO:
Os estudos econômicos se desenvolveram, ao longo da história, com observações das conformações das atividades econômicas no espaço geográfico, de modo que a economia e a geografia sempre guardaram uma estreita relação. Inicialmente, essa junção criou estudos mais descritivos da realidade e, a partir da década de 30, com a crise do capitalismo, houve uma ampliação dos estudos do desenvolvimento desigual entre nações, regiões e até mesmo cidades. A partir de 1960, o marxismo passa a influenciar a geografia econômica, auxiliando na elucidação da razão por trás do atual desenvolvimento capitalista nas diversas regiões, e suas implicações políticas, econômicas e sociais. Na atualidade, diversos autores mais ligados ao ambiente empresarial enaltecem o poder da globalização e do desenvolvimento tecnológico, como se ambos fossem trazer prosperidade às pessoas de todo canto da Terra. No entanto, diversos pesquisadores criticam essa posição mostrando o outro lado: que a globalização também trouxe concentração espacial e desigualdade.

Palavras-chave: Geografia econômica; Economia; Região; Globalização.

ABSTRACT:
Economic studies have developed throughout history through observations of the configurations of economic activities in geographic space, so that economics and geography have always maintained a close relationship. Initially, this union created more descriptive studies of reality and, from the 1930s onwards, with the crisis of capitalism, there was an expansion of studies on uneven development between nations, regions, and even cities. From 1960 onwards, Marxism began to influence economic geography, helping to elucidate the reason behind the current capitalist development in various regions, and its political, economic, and social implications. Currently, several authors more linked to the business environment extol the power of globalization and technological development, as if both would bring prosperity to people all over the Earth. However, several researchers criticize this

[1] Graduando em Abi - Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2026). Tem experiência na área de Geografia. E-mail: fmarcoduartebh@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0002-1834-7099. Link do Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0804685225688127

[2] Residência pós-doutoral internacional em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Nacional de La Matanza- Argentina (2024) - Supervisionado pelos professores Dr. Ricardo Alexandrino Garcia e Dr. Martín Andrés Díaz - Bolsista Programa Institucional de Pós-Doutorado - PIPD Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Doutor em Geografia (Geografia Aplicada e Geotecnologias) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2024) - Bolsista Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) (2019 a 2024). Mestre em Geografia (Geografia e Relações de Poder) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (2019), Graduação em Pedagogia, Letras e Matemática pelo Centro Universitário Venda Nova do Imigrante. Graduação em Geografia - Ênfase em Sistemas de Informações Geográficas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) (2008). Atualmente é pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Resíduos Sólidos - (UEMG) e do Laboratório de Estudos Territoriais (LESTE/IGC/UFMG) - Geografia Aplicada. E-mail:uilmer@ufmg.br. ORCID:https://orcid.org/0000-0002-2489-7655. Link do Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4334866544841521

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.106

position, showing the other side: that globalization has also brought spatial concentration and inequality.

Keywords: Economic geography; Economy; Region; Globalization.

INTRODUÇÃO

A geografia econômica é um ramo da geografia que realiza uma articulação entre os estudos do espaço geográfico e o desenvolvimento das atividades econômicas em diversas escalas. O conhecimento econômico foi se transformando ao longo da história, em grande medida, em função da observação do papel do espaço nas atividades produtivas, especialmente a partir do século XVII.

Até 1930, muito do que se desenvolveu na relação entre geografia e economia se manteve como uma atividade predominantemente descritiva. As razões que levavam os diversos atores do campo econômico a tomarem determinadas decisões, bem como os fatores que explicavam a distribuição espacial das atividades produtivas, ainda eram pouco discutidos.

Havia uma distinção entre países industrializados e países considerados atrasados, enquanto o livre-mercado era visto como elemento capaz de nivelar a economia global, evidenciando a hegemonia do pensamento liberal. A partir dos anos 40, sob influência do keynesianismo, economistas e geógrafos passaram a se debruçar sobre o desenvolvimento desigual e sobre o papel dos Estados na dinâmica econômica. Já a partir dos anos 70, cresceu o interesse da geografia econômica pelos processos de globalização e pela hierarquia das grandes cidades.

Desse modo, a partir de 1960, a geografia, inclusive a geografia econômica, passou a ser influenciada pela teoria crítica, especialmente pelo marxismo. O instrumental teórico marxista passou a ser utilizado no estudo das regiões, contribuindo para a formulação e o uso do conceito de divisão territorial do trabalho. Esse conceito permite ampliar o entendimento sobre o desenvolvimento desigual, suas estruturas condicionantes e as transformações econômicas, sociais e políticas em diferentes escalas. Por meio da dimensão histórica do processo de acumulação de capital, o marxismo na geografia econômica contribui para explicar a lógica de desenvolvimento do capitalismo nos diferentes territórios.

Na atualidade, muitos economistas vinculados ao setor empresarial defendem que, com a globalização e o desenvolvimento das tecnologias informacionais e computacionais, as distâncias teriam perdido importância e as fronteiras deixado de existir, uma vez que os mercados teriam aproximado os territórios e as conexões virtuais teriam integrado pessoas,

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.106

empresas e lugares. No entanto, a realidade demonstra que ainda há forte concentração espacial das tecnologias nos centros mais desenvolvidos. Além disso, as interações presenciais continuam sendo muito importantes, pois a vivência concreta, fora das telas, permanece fundamental para a socialização, para a cooperação e para a construção de uma sociedade mais humana e democrática.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão teórica, com base na leitura, seleção e análise de artigos científicos e trechos de livros relacionados à geografia econômica. O objetivo desse procedimento foi compreender a formação histórica desse campo de estudo, suas principais transformações teóricas e sua relação com diferentes correntes de pensamento, especialmente o marxismo e as abordagens críticas contemporâneas.

A busca pelos materiais foi realizada em meio digital, por meio da plataforma Google Acadêmico. A escolha dessa ferramenta se justifica por sua ampla disponibilidade e pela possibilidade de localizar artigos, livros, capítulos e outros trabalhos acadêmicos vinculados ao tema pesquisado. Para orientar o levantamento bibliográfico, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: “geografia econômica”, “geografia econômica atual”, “geografia econômica marxismo” e “geografia econômica crítica”.

A partir dessas buscas, foram encontrados textos que abordavam diferentes dimensões da geografia econômica, como sua história, sua relação com a ciência econômica, a influência do pensamento marxista na análise do espaço e os desafios contemporâneos relacionados à globalização, à tecnologia, ao território e ao desenvolvimento desigual. Após a localização dos materiais, realizou-se uma leitura inicial para identificar aqueles que apresentavam maior relação com os objetivos da pesquisa.

Em seguida, os textos selecionados foram lidos de forma mais atenta, buscando-se identificar os principais conceitos, argumentos e contribuições de cada autor. Durante esse processo, foram destacados trechos considerados relevantes para a construção da revisão bibliográfica, especialmente aqueles relacionados à evolução histórica da geografia econômica, à divisão territorial do trabalho, ao desenvolvimento desigual e à permanência da importância do território na economia contemporânea.

Enfim, os artigos e trechos de livros selecionados foram utilizados como base para a elaboração da revisão teórica, por meio de citações principalmente indiretas. Dessa forma, a metodologia adotada permitiu organizar uma reflexão teórica sobre a geografia econômica,

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.106

articulando autores clássicos e contemporâneos e relacionando suas contribuições ao debate sobre economia, espaço e desenvolvimento.

REVISÃO TEÓRICA: História da fusão entre a Ciência Econômica e a Geografia

Na geografia econômica, é realizada uma conexão entre a formação social do espaço e as atividades econômicas que se desenvolvem e se distribuem na Terra. Ao longo da história moderna e contemporânea, diversos autores pensaram essa relação e desenvolveram as teorias que hoje formam a chamada geografia econômica, que evoluiu, ou sofreu mudanças, ao longo do tempo. “O conhecimento da economia se desenvolveu, até o fim do século dezoito, graças à observação do papel do espaço na vida econômica, como foi mostrado por Pierre Dockès há uma geração atrás” (Dockès, 1969 apud Claval, 2005).

A reflexão sobre os problemas da riqueza e da produção se desenvolveu desde o século XVII, tendo como base a observação da paisagem e da realidade geográfica. No fim desse século, economistas como William Petty, na Inglaterra, e Vauban, na França, já identificavam que as atividades produtivas se concentravam, em geral, ao longo dos litorais, dos rios navegáveis e dos canais, em faixas de aproximadamente duas léguas de largura (Claval, 2005).

Durante o século XVIII, o foco dos estudiosos passou a ser a produção e a troca das riquezas. “Richard Cantillon descreveu a criação das riquezas nas zonas rurais e seu consumo nas cidades: ele ofereceu a primeira reflexão sobre a natureza da cidade e hierarquia urbana. Quesnay foi o primeiro a conceber a vida econômica como um circuito” (Claval, 2005). Sendo assim, Cantillon estudou o mecanismo de troca e distribuição de mercadorias entre o urbano e o rural.

Depois de 1770, esse cenário se modificou, pois, os economistas passaram a demonstrar maior interesse pelos mecanismos econômicos. Turgot analisou o funcionamento dos mercados e a lei da oferta e da procura. Em A riqueza das nações, Adam Smith (1776) também revelou atenção à observação geográfica, ao demonstrar, no segundo capítulo de sua obra, que a especialização do trabalho era limitada pela extensão do mercado. No entanto, Smith entendia que a riqueza das nações resultava da vontade dos indivíduos, das iniciativas dos empreendedores e do livre funcionamento dos mercados, princípio associado à ideia de “deixa fazer, deixa passar” (Claval, 2005).

A partir de Adam Smith, o foco deixou de ser as idiossincrasias das distribuições geográficas. “O economista evidenciou a combinação dos fatores produtivos na empresa e a responsabilidade dos governos no campo do funcionamento das firmas e dos mercados”

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.106

(Claval, 2005). Para Smith, a questão central estava na distribuição da renda entre capitalistas e trabalhadores. “O ramo principal da ciência econômica ignorou o papel do espaço por mais de um século, até os anos 1930” (Claval, 2005).

Entre o começo do século XIX e os anos 1930, o ramo principal da economia deixou de lado, em grande medida, os problemas espaciais da vida econômica. Esses problemas passaram a ser estudados por três disciplinas independentes: a teoria das relações econômicas internacionais, a teoria da localização das atividades produtivas e a geografia econômica (Claval, 2005).

A teoria das relações econômicas internacionais se tornou o principal ramo da economia e “buscou esclarecer a racionalidade dos agentes econômicos, a lógica das empresas e a existência de zonas onde os seus custos decrescem e de outras onde eles crescem” (Claval, 2005). A principal pergunta era: qual é o mais eficiente, o livre-mercado ou o protecionismo? Resposta à qual se dedicou David Ricardo.

A economia espacial apareceu com Von Thünen, entre 1826 e 1851, tendo como objetivo compreender as regras de localização dos empreendimentos voltadas à maximização dos lucros. Nesse caso, o problema não consistia apenas em descrever e explicar a distribuição espacial das atividades econômicas, mas, sobretudo, em esclarecer como a distância e os custos de transporte interferiam no nível dos lucros (Claval, 2005).

De acordo com Claval (2005), a geografia econômica surgiu na Alemanha com os estudos de Carl Ritter e se desenvolveu a partir do fim dos anos 1850. “Seu objetivo era a descrição da diferenciação de regiões econômicas num tempo onde as ferrovias e a navegação a vapor abriram novas possibilidades de especialização produtiva” (Claval, 2005). Desde o fim dos anos 1850 até 1930, foram escritos os chamados tratados clássicos da geografia econômica.

O tratado clássico de geografia econômica abordava, essencialmente, a produção de gêneros alimentícios, como cereais, carne, leite, manteiga, queijo, oleaginosos e vinho; de matérias-primas, como seda, lã e algodão; de energia, como carvão, petróleo e hidroeletricidade; e de produtos industriais, como têxteis, mecânicos e químicos. Também descrevia os países exportadores, os fluxos de mercadorias e os mercados nos quais ocorriam as transações comerciais (Claval, 2005).

A razão por trás das escolhas, da distribuição e das decisões não era explorada. A geografia econômica, durante o tratado clássico, manteve-se como uma mera atividade descritiva. “A geografia econômica fazia uma distinção entre os países industrializados, os novos países industrializados e os países atrasados. A teoria das relações internacionais

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.106

sublinhava o efeito nivelador do comércio" (Claval, 2005). As duas disciplinas permaneciam distantes uma da outra, sem relação dialética. "Ao mesmo tempo, a geografia econômica descrevia uma situação muito contrastada. Parecia não haver relação entre as duas disciplinas" (Claval, 2005).

Dentro da geografia econômica, alguns autores ganharam notoriedade. A partir do fim do século XIX, geógrafos japoneses deram atenção especial à teoria da localização. "O homem inteligente sempre escolhe exatamente, para exercer sua atividade, o lugar onde ele pode tirar o máximo proveito" (Claval, 2005). O trabalhador sempre obedece à lei da atração natural ou atração social. O manufatureiro escolhe trabalhar próximo ao local onde encontra a matéria-prima, tornando o transporte menos custoso. Essa noção se aproxima, portanto, da teoria da localização industrial.

Dos anos 1940 aos anos 1970, ocorreu uma reconciliação entre a economia e a geografia. Com a crise dos anos 30, geógrafos e economistas influenciados pelo keynesianismo passaram a estudar o problema do desenvolvimento das nações nos países desenvolvidos e industrializados, tema que se popularizou diante da opinião pública.

Nesse cenário, surgiu a problemática do desenvolvimento desigual. Economistas e geógrafos se debruçaram sobre a noção de polo de crescimento. As evidências da época mostravam uma realidade de concentração de indústrias e atividades econômicas de maior valor agregado nos países desenvolvidos. A noção de multiplicador econômico visava explicar a concentração de tais atividades e do comércio nos grandes centros urbanos desses países.

Os geógrafos trouxeram para o debate, então, o problema da informação, mostrando que, nas grandes cidades, nos bairros centrais e nas centrais telefônicas, a informação circulava de modo a obter o menor custo, aproximando as pessoas e os negócios. Os geógrafos "enfatizaram o papel da informação na vida econômica e na gênese das economias externas; analisaram a natureza econômica das cidades e seu papel na vida de relações" (Claval, 2005).

Geógrafos e economistas passaram a se interessar, nessa época, pela questão do consumo. Os economistas diferenciavam os interesses das empresas e dos consumidores: de um lado, a busca pelo lucro; de outro, o desejo de satisfação. "Como consequência, um interesse novo apareceu pela divisão dos espaços urbanos exercendo funções produtivas e funções residenciais" (Claval, 2005). A geografia econômica se desenvolveu diante desses temas, com estudos sobre escolhas residenciais e segregação urbana.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.106

Nesse sentido, a partir dos anos 70 houve uma aceleração da globalização, com a internacionalização das empresas, as chamadas multinacionais, e a expansão de indústrias antes circunscritas aos países centrais da Europa, ao Japão e aos Estados Unidos para a Ásia Oriental e, até mesmo, para a América Latina. O que marca os tempos contemporâneos é a rapidez da circulação de informações e o desequilíbrio ecológico em escala mundial. Atualmente, "a barreira entre economia e geografia econômica está desaparecendo... As pesquisas tratam dos problemas atuais, da globalização, da metropolização ou do papel dos lugares" (Claval, 2005).

Paul Krugman (1997), mais recentemente, retoma a ideia da importância do espaço na economia e salienta a importância de economias externas de certos lugares para o crescimento de um ambiente favorável às empresas e indústrias nesses locais. Em uma economia de vizinhança, local onde se concentram infraestrutura, mão de obra qualificada, universidades, indústrias e empresas, os custos são decrescentes e os rendimentos crescentes, formando um círculo virtuoso.

A partir dos anos 1960, o marxismo passou a influenciar a geografia com a teoria crítica. Até então, o marxismo não atribuía grande importância ao espaço, e sua maior contribuição nesse sentido era a teoria do imperialismo, elaborada principalmente por Lênin, voltada à análise da dominação dos países centrais e industrializados sobre os países do chamado Terceiro Mundo.

Na segunda metade do século XX, dentro da Escola da Regulação, houve interesse pela análise da transição do modo de produção fordista para o pós-fordista. Os geógrafos econômicos também se debruçaram sobre essa questão. No modo de produção fordista, os elevados custos de transferência de informações por meio dos mercados favoreciam as grandes empresas em relação às pequenas e médias. Isso ocorria porque as grandes empresas tinham condições de garantir a circulação de informações a longa distância sem depender diretamente dos mecanismos de mercado. Com o avanço das novas tecnologias de transporte rápido e de telecomunicações, a transmissão de informações econômicas pelos mercados tornou-se menos custosa, inaugurando um período marcado pela flexibilidade (Claval, 2005).

Atualmente, há muitos trabalhos de geografia econômica cultural sendo desenvolvidos. De acordo com Claval (2005), a economia atual é consideravelmente diferente daquela existente até os anos 60. Hoje, o comércio e a produção de bens intermediários e peças desenvolvem-se mais rapidamente do que o comércio de bens finais, matérias-primas e fontes de energia. Por isso, surgiu a necessidade de blocos de comércio, como a União Europeia e o Mercosul.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.106

Atualmente, há uma hierarquia de grandes cidades que favorece a metropolização, conectadas ao mundo inteiro por meio de aeroportos cada vez mais tecnológicos e por tecnologias de comunicação e informação. Com a globalização do comércio cada vez mais acentuada e a dispersão global das multinacionais, alguns grandes centros urbanos mais bem conectados se destacam diante de outros.

Com o aumento da mobilidade, a organização geográfica também se transforma. Migrantes são atraídos por países ricos, onde há mais possibilidades de trabalho e acesso mais fácil aos serviços de saúde e educação. Ao mesmo tempo, regiões turísticas se tornam espaços de residência permanente de estrangeiros. Essa mobilidade gera problemas culturais relacionados à presença de novas minorias em grandes cidades, como Nova York, Los Angeles, Londres e Paris, bem como em zonas turísticas, como as ilhas Baleares (Claval, 2005).

Outro fator importante nos estudos da geografia econômica, atualmente, é a atuação de iniciativas locais frente ao enfraquecimento da regulação e da fiscalização do Estado. Tais iniciativas são, inclusive, incentivadas pelo Estado, como aponta Claval (2005).

"A geografia econômica ficou muito tempo isolada da economia e do resto da geografia. Ela se apresentava como uma descrição das atividades produtivas, dos fluxos de bens e de grandes mercados" (Claval, 2005). A situação começou a mudar há cerca de 70 anos e se deu em duas frentes.

Na primeira, o interesse permaneceu centrado sobre a produção, mas o objetivo se modificou: a explicação dos mecanismos e dos processos de decisão passou a substituir a simples descrição. Nesse período, os problemas relacionados à polarização do crescimento tornaram-se centrais. Na segunda fase, a atenção voltou-se para novos problemas, como a globalização, a metropolização, a mobilidade crescente e suas consequências, além das questões ambientais (Claval, 2005).

A geografia econômica, hoje, estuda a participação da cultura sobre o consumo, os circuitos de economia solidária e de redistribuição. Além disso, debruça-se sobre a questão da flexibilidade e da metropolização. "As decisões dos agentes econômicos sempre têm dimensões espaciais: daí a emergência duma geoeconomia" (Claval, 2005).

MARXISMO E A GEOGRAFIA ECONÔMICA

Liana Maria da Frota Carleial afirma que podemos usar o instrumental teórico marxista para o estudo das regiões, em busca de conceitos que funcionem como elementos

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.106

mediadores entre as teorias gerais, como as da geografia, e a realidade concreta, conforme aponta Diniz Filho (2002).

No caso dos estudos regionais, segundo Carleial, o conceito de divisão territorial do trabalho permite estabelecer uma mediação entre as leis gerais do capital e a dinâmica concreta das regiões. Esse conceito se refere à formação de estruturas produtivas e de emprego especializadas. Nesse sentido, o estudo das regiões abrange não apenas processos de natureza econômica, mas também os condicionantes políticos da divisão territorial do trabalho, expressos, sobretudo, nas políticas públicas que atuam sobre a estrutura produtiva nacional, como a concessão de incentivos fiscais e financeiros às empresas e as políticas de preços mínimos para produtos agrícolas (Diniz Filho, 2002, p. 4).

Para os marxistas, a divisão territorial do trabalho é um conceito-chave que nos leva à divisão do espaço terrestre de acordo com critérios importantes para o entendimento do desenvolvimento desigual e de suas estruturas e condicionantes econômicos e políticos. Esse conceito permite, também, analisar as transformações econômicas, sociais e políticas verificadas em determinado espaço regional de acordo com mudanças ocorridas em escala nacional e internacional, como aponta Diniz Filho (2002). "O conceito de região faz referência a uma realidade empírica, pois o que é visível ao nível de movimento concreto do capital são as regiões, e essa manifestação visível pode ser expressa em indicadores como os de diferenciais de salários, de nível de produtividade, etc." (Diniz Filho, 2002, p. 4).

Segundo Diniz Filho (2002), Carleial afirma que o formato das regiões sofre alterações de acordo com processos internos e externos aos territórios nacionais e que, como resultante interna, essas alterações se conformam na divisão social do trabalho. Ainda de acordo com Diniz Filho, o pensamento de Carleial deve ser criticado, pois não deixa claro o que é uma região e porque o desenvolvimento econômico não acontece de forma espacialmente homogênea em uma mesma região. Carleial incorre no erro de tomar a "existência das regiões como um dado empírico externo a qualquer referencial teórico" (Diniz Filho, 2002, p. 6).

"Eduard Soja, que no texto 'Uma Interpretação Materialista da Realidade' expressa sua surpresa frente ao fato de que alguns autores marxistas não concebem a região como um simples instrumento metodológico, desprovido, portanto, de existência real" (Diniz Filho, 2002, p. 6). De acordo com Diniz Filho (2002), Soja, a partir de uma leitura de O capital, de Karl Marx, afirma que o modo de produção capitalista cria mecanismos de intercâmbios desiguais que configuram um conjunto de regiões caracterizadas pela condição de polo de acumulação ou de desvalorização.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.106

Diniz Filho (2002) mostra que Edward Soja constrói uma tese segundo a qual os empresários mais eficientes possuem menor custo de produção e auferem um superlucro, apropriando-se de parte do valor criado pelos produtores menos privilegiados, que, na competição capitalista, são menos eficientes.

Soja amplia esse raciocínio para a distribuição das atividades produtivas no espaço, as quais obedeceriam a certos padrões, em que as diferenças de produtividade entre empresas e setores acabariam determinando a posição de cada espaço regional em um mecanismo de transferência geográfica de valor. "Haveria, portanto, um complexo mecanismo de trocas desiguais operando desde a escala mundial até a escala das regiões, o qual levaria parte do valor produzido nas regiões sub-desenvolvidas a ser realizado nas super-desenvolvidas" (Diniz Filho, 2002, p. 6). Tal processo ocorre em nível global, pois é nos países centrais que estão localizadas as atividades e empresas mais produtivas, enquanto nos países periféricos se concentram as atividades econômicas mais atrasadas.

Diniz Filho apresenta críticas às teorias de Soja. Segundo ele, Soja utiliza de forma inadequada a lei do valor na escala das relações econômicas internacionais, o que impediria o funcionamento de mecanismos que engendram uma tendência de equalização dos níveis de produtividade do trabalho na escala global. "Outro problema grave é o pressuposto de que os produtores que operam com baixos níveis de produtividade agregariam maior quantidade de valor às suas mercadorias" (Diniz Filho, 2002, p. 7). Diniz Filho afirma que Soja pressupõe padrões em que certas regiões estão circunscritas diante do intercâmbio desigual, mas a historicidade dos processos econômicos não contribui para explicar os movimentos de redefinição desses padrões.

Lipietz, partindo do conceito marxista de desenvolvimento desigual, afirma que o que determina tal fenômeno ocorre por meio da dimensão histórica do processo de desenvolvimento e da lógica que rege a acumulação do capital, mediadas pelas idiossincrasias do território e pelo progresso técnico e econômico dos mais variados setores, conforme aponta Diniz Filho (2002). As diferenças setoriais e geográficas de desenvolvimento, do ponto de vista histórico, resultariam do processo de expansão do modo de produção capitalista, "que se daria por meio da subordinação paulatina de outros modos de produção mais antigos à lógica de reprodução do capitalismo" (Diniz Filho, 2002, p. 7-8).

Para Lipietz, dentro de cada país existe um conjunto de modos de produção subordinados ao capitalismo, fazendo com que as disparidades regionais sejam derivadas das diversas dinâmicas de acumulação de capital conectadas a cada um desses modos de produção articulados, como mostra Diniz Filho (2002).

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.106

Segundo Lipietz (1988), o desenvolvimento desigual não pode ser considerado simples continuação de disparidades geradas historicamente, pois o capitalismo forma mecanismos que reproduzem essas diferenças, transformando-as em um elemento intrínseco da lógica da acumulação do capital. Para ele, como assinala Diniz Filho (2002), esses mecanismos estão ligados a uma série de elementos econômicos, técnicos e políticos que tornam específica a forma de acumulação do capital em cada setor de atividade econômica, bem como os processos de exploração do trabalho inerentes à reprodução ampliada do capital.

De um lado, as diferenças entre os vários setores quanto à intensidade de investimento em capital fixo, à aplicação de conhecimento científico e tecnológico e às condições de mercado de cada produto engendrariam mecanismos de trocas desiguais favoráveis aos setores que operam com níveis mais elevados de composição orgânica do capital e de produtividade. De outro lado, as condições particulares do mercado de trabalho de cada país e os diferentes graus de organização sindical seriam responsáveis por outras formas de intercâmbio desigual, ligadas aos menores custos de reprodução da força de trabalho nos países menos desenvolvidos (Diniz Filho, 2002, p. 8).

Diniz Filho, enfim, critica Alain Lipietz e afirma que esse, assim como Edward Soja, tem dificuldade de conciliar a perspectiva histórica de análise do marxismo com o esforço de teorizar o desenvolvimento desigual diante da análise do processo do capital em geral.

A questão a ser resolvida pelos geógrafos marxistas que buscam estudar e relacionar a economia e o espaço é o desenvolvimento do capitalismo no espaço, em que a história não importa apenas como condição inicial. Diniz Filho (2002) mostra que as pesquisas sobre as regiões se situam em debates sobre os determinantes do processo de desenvolvimento econômico, que sempre foram marcados pela tensão entre visões voltadas para a formulação de teorias gerais e outras de caráter historicista. Nesse contexto, alguns autores utilizam conceitos mediadores para escapar desse problema.

Um importante conceito marxista para a geografia econômica é o de divisão territorial do trabalho, como mediador do conflito acima citado. Francisco Oliveira utilizou o conceito de divisão regional do trabalho, que ganhou repercussão no Brasil, como mostra Diniz Filho (2002). O autor brasileiro reconhece a dificuldade de se chegar a uma definição do conceito de região, visto que ele envolve uma multiplicidade de fatores econômicos, sociais, políticos, geográficos e históricos.

Francisco Oliveira, citado por Diniz Filho (2002, p. 12), faz uma investigação baseada na divisão regional do trabalho no Brasil, levando em conta a especificidade da reprodução do capital, as formas assumidas pelo processo de acumulação, a estrutura peculiar de classes

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.106

associada a essas formas e, também, a luta de classes e o conflito social em escala mais ampla. Há semelhanças entre Francisco Oliveira e Lipietz, pois ambos pensam as regiões por meio das formas específicas de reprodução do capital, "as quais se manifestam no âmbito da divisão regional do trabalho" (Diniz Filho, 2002, p. 12). Francisco Oliveira realiza "uma investigação de natureza histórica sobre a questão regional brasileira e a atuação do planejamento estatal no nordeste do país" (Diniz Filho, 2002, p. 12).

Diniz Filho (2002) mostra que Francisco Oliveira estava errado ao propor a tendência de hegemonização do espaço brasileiro a partir do desenvolvimento industrial e da integração do mercado nacional sob comando do estado de São Paulo. De acordo com essa tendência de hegemonização do espaço, a unificação do mercado interno seria a expressão de um movimento de nacionalização do capital, por meio do qual as regiões seriam, aos poucos, desregionalizadas, "na medida em que se generaliza a forma de reprodução tipicamente monopolista por todo o território nacional" (Diniz Filho, 2002, p. 13). Segundo Diniz Filho, isso não se verificou, por exemplo, no Nordeste brasileiro, que perdeu participação relativa no PIB nacional de 13,53% para 12,68% entre 1985 e 1998.

Geógrafos e economistas se opõem a essa conclusão de hegemonização do espaço de Francisco Oliveira, pois a integração do mercado brasileiro apresenta peculiaridades que persistem e são reproduzidas nos padrões de divisão regional do trabalho, na reprodução das diferentes frações de capital e da força de trabalho, nos diversos ritmos de acumulação e na heterogeneidade setorial e regional da estrutura produtiva, como mostra Diniz Filho (2002).

Cláudio Egler (1993) apresenta algumas críticas às teses de Francisco Oliveira. Segundo Egler, realmente ocorre uma tendência à homogeneização do espaço para a valorização do capital nas mais diversas escalas; no entanto, essa análise exige algumas mediações, para que não se caia no que ele chama de marxismo vulgar. Segundo Diniz Filho (2002), Egler sublinha a importância da concorrência capitalista no processo de acumulação global da economia capitalista, ainda mais nos momentos de crise, fato que "só pode ser compreendido a partir de um enfoque centrado nas decisões de investimento dos grandes blocos de capital e nos condicionantes técnicos e econômicos dessas decisões" (Diniz Filho, 2002, p. 15).

Sendo assim, a disputa da concorrência é a primeira mediação empregada na compreensão da dinâmica territorial das economias capitalistas, "pois define os condicionantes das estratégias movidas pelas grandes empresas para galgar melhores posições dentro das estruturas de mercado das quais participam" (Diniz Filho, 2002, p. 16). Tal problematização remete ao conceito de "território econômico", de Hilferding, por meio do

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.106

qual se torna possível pensar as estratégias pelas quais grandes empresas e Estados nacionais influenciam as estruturas de mercado mediante a diferenciação do espaço econômico.

Na perspectiva de Egler, embora o capitalismo busque expandir continuamente o espaço econômico para realizar o processo de valorização do valor, a concorrência atua, ao mesmo tempo, no sentido de segmentar esse espaço em territórios econômicos. Neles, diferentes frações do capital passam a definir as regras de funcionamento por meio de mecanismos políticos e econômicos conforme Egler (1996).

Diniz Filho (2002) mostra que Egler resgata a teoria de Prebisch sobre os ritmos diferenciados de introdução do progresso técnico no processo produtivo, os quais definem diferentes velocidades de acumulação do capital, causando uma divisão do espaço econômico mundial entre centro e periferia conectados. Diniz Filho dá como exemplo a atuação do Estado desenvolvimentista no Brasil, que realizou grandes investimentos e dotou o país de uma acumulação interna acelerada sem romper com o padrão heterogêneo, em termos setoriais e regionais, tal como ocorre no desenvolvimento do capitalismo tardio e periférico.

Diniz Filho (2002) escreve que, para analisar o desenvolvimento desigual, não necessitamos da "elaboração de um conceito mediador entre o movimento geral do capital e os processos concretos de transformação do espaço, tal como seria o conceito de divisão territorial do trabalho" (Diniz Filho, 2002, p. 16). No entanto, é necessário um sistema de conceitos mediadores entre essas duas instâncias, com a finalidade de realizar uma análise histórica dos processos que ocorrem para a diferenciação do espaço econômico. Segundo Diniz Filho (2002), tais conceitos não precisam ser necessariamente derivados do marxismo, já que Egler utiliza teorias cepalinas.

GEOGRAFIA ECONÔMICA NA ATUALIDADE

Tartaruga (2012), no artigo "Os desafios da geografia econômica na atualidade: território, globalização e desenvolvimento", mostra que há certo senso comum de que a proximidade, a distância e o território são conceitos sem muita importância na economia atual, devido ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação. "Assim, as atividades produtivas poderiam ocorrer em qualquer parte do mundo com grande facilidade, gerando empregos e riqueza, em razão da globalização" (Tartaruga, 2012, p. 1). No entanto, a geografia econômica apresenta diversos elementos que elucidam as especificidades territoriais das cidades, das regiões e dos países como pontos importantes para o desenvolvimento econômico e social. Destacam-se fatores que configuram os territórios, como "a inovação

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.106

tecnológica, o impacto da difusão de conhecimento, especialização versus diversificação, a comunidade e o capital social, e o burburinho da cidade" (Tartaruga, 2012, p. 1).

Segundo Tartaruga (2012), nas últimas décadas, no campo da economia, diante da emergência dos processos de informatização e da globalização financeira e produtiva, elementos que se relacionam ao que Milton Santos (1999) chamou de meio técnico-científico-informacional, alguns autores passaram a defender a irrelevância das especificidades territoriais para a escolha da localização das atividades produtivas. Essa perspectiva estaria "respaldada na expansão do comércio, na internacionalização das empresas e nas possibilidades das conexões em rede (virtuais e de transportes) a custos reduzidos" (Tartaruga, 2012, p. 2).

Em consonância com tal pensamento, existem trabalhos que anunciam a morte da distância, uma economia sem peso e o fim da geografia. Tartaruga (2012) mostra que tais trabalhos possuem grande relevância no meio empresarial e governamental de alguns países. Kenichi Ohmae (1995) propôs o fim das nações, em que as fronteiras políticas internacionais paulatinamente desapareceriam diante do domínio das multinacionais e da hegemonia dos mercados globais. Thomas L. Friedman anuncia um mundo plano, no qual não haveria obstáculos para a expansão do capital e das finanças, com grandes possibilidades de o indivíduo prosperar economicamente. De acordo com Friedman, o mundo plano favoreceria a capacidade da pessoa de "competir, conectar e colaborar com outros atores localizados em qualquer outro canto da terra de modo mais rápido, mais profundo e mais barato como em nenhuma outra época" (Tartaruga, 2012, p. 2).

Friedman aponta que, com a globalização e as novas possibilidades de conexão, o mundo se tornaria melhor para todos. As causas do processo de globalização, segundo Friedman, são: a intensificação da conectividade por meio da tecnologia de informação e computacional, como a internet e as redes sociais; a terceirização de algumas atividades das empresas; o deslocamento de companhias para outros países; o incremento das cadeias de fornecedores em nível global; a maior integração entre empresa fornecedora e empresa demandante, para maior satisfação do cliente por meio de melhorias na logística dos produtos; a criação de cadeias de fornecimento de informações, conhecimento e entretenimento pela internet, em sites como Google, Amazon e Microsoft; e o aumento da interconexão virtual dos indivíduos, por meio de videoconferências, computação gráfica e redes sem fio (wireless).

Tal mudança, em nível global, provocaria, para Friedman, a quebra das barreiras da distância física entre sujeitos e empresas e os conectaria a fim de alinhar desejos e atividades, segundo Tartaruga (2012). Essas ideias corroboram as de Cairncross, O'Brien e Keith sobre a

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.106

morte da distância e da geografia. Essa nova realidade aproximaria os consumidores e os produtores de conhecimento, como supunha Quah com sua economia sem peso.

Nessa perspectiva, um gerente de produção de computadores ou um desenvolvedor de software de uma empresa situada em São Paulo poderia, sem grandes dificuldades, transferir-se para Paris e trabalhar a partir dessa cidade, aproveitando os fins de semana para visitar o Museu do Louvre e frequentar cafés na Champs-Élysées. Também poderia se mudar para uma praia paradisíaca no Caribe, onde os custos de aluguel seriam menores. Desse modo, as cadeias globais de produção e de serviços teriam capacidade de gerar inúmeros negócios e milhares de empregos em qualquer parte do mundo (Tartaruga, 2012, p. 4).

Porém, Tartaruga (2012) aponta que, para alguns exemplos de cidades que se beneficiaram da globalização, existem inúmeros outros que permaneceram fora dos circuitos globais. Algumas dessas cidades, que não servem de exemplo para os benefícios da globalização, sofreram com a deslocalização de fábricas (offshoring). Tais elementos apontam para "a relevância das especificidades locais e regionais da realização da atividade produtiva" (Tartaruga, 2012, p. 4).

Há um erro em apontar que a globalização tem o poder de resolver todos os problemas econômicos, explica Tartaruga (2012), e isso revela um reducionismo em termos sociais e espaciais. O autor aponta que a plena utilização das tecnologias de informação e computacionais está distante de alcançar todas as pessoas e localidades. Ao contrário, "os melhores e maiores recursos (humanos e de capital) vinculados a essas tecnologias estão ainda muito concentradas em poucas empresas (players globais) " (Tartaruga, 2012, p. 4). Há, portanto, grande concentração do capital e das melhores mentes em alguns poucos lugares do planeta Terra.

Com efeito, as empresas costumam selecionar de forma criteriosa tanto seus trabalhadores quanto os lugares onde realizam a produção e direcionam o consumo. Em geral, buscam os empregados mais qualificados, os locais com melhores condições produtivas e os mercados consumidores com maior disponibilidade de recursos. Essa realidade evidencia a importância da atuação dos Estados na promoção da qualificação do capital humano, em diferentes níveis, e na criação de condições básicas para o surgimento e o desenvolvimento de empresas em seus territórios (Tartaruga, 2012, p. 5).

Tartaruga (2012) critica Friedman ao escrever que a alta conectividade entre indivíduos e empresas, proporcionada pela tecnologia de informação e computacional, gerou forte relação de colaboração apenas complementar, especialmente em atividades complexas, como a inovação tecnológica relacionada ao mercado. No entanto, "nenhum outro tipo de

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.106

colaboração pode substituir, em qualidade e complexidade, as que são realizadas face a face" (Tartaruga, 2012, p. 5), ou seja, a vivência e o contato direto são fundamentais na formação do cidadão dentro da sociedade, não podendo ser substituídos completamente pelo convívio virtual.

Contrariando as teses da hiperconectividade, diversos autores mais críticos ressaltam a importância dos espaços geográficos das cidades, das regiões e das nações no desenvolvimento econômico e social da sociedade, como relata Tartaruga (2012). Segundo esses autores, como Milton Santos (1999), "a dimensão espacial – localização, proximidade física, vizinhança, distância, aglomeração, etc. – ainda importa para as atividades econômicas em geral" (Tartaruga, 2012, p. 5).

Portanto, há um dilema colocado diante da geografia econômica contemporânea: a importância da retomada dos estudos das economias regionais e da especialização territorial nos dias de hoje, em que o transporte de pessoas e objetos e as possibilidades comunicacionais aparentemente encurtam as distâncias, destroem barreiras, limites e fronteiras.

Nesse contexto, as cidades e regiões passam a ser compreendidas como elementos fundamentais nos processos de crescimento econômico. Assim, o desenvolvimento econômico de uma cidade ou região resultaria de uma articulação singular de forças, não exclusivamente econômicas, orientadas pelo contexto e pelas especificidades de cada local (Storper apud Tartaruga, 2012, p. 5).

Criticando Friedman e o mundo plano, Rodríguez-Pose e Crescenzi propõem a existência das montanhas em um mundo plano. "Essas elevações na terra seriam as cidades e regiões mais desenvolvidas economicamente, as que conseguem reunir em seus territórios as empresas e pessoas mais inovadoras, e riqueza" (Tartaruga, 2012, p. 5). Essas montanhas se tornam ainda mais altas em função dos movimentos das placas tectônicas. Tais forças são: "a inovação e o desempenho econômico; o impacto da difusão de conhecimento; especialização versus diversificação; a comunidade e o capital social; e o burburinho (buzz) da cidade" (Tartaruga, 2012, p. 6). A inter-relação entre tais forças, principalmente nos grandes centros urbanos, forma uma complexa geografia da economia mundial.

O desenvolvimento econômico e social das regiões e dos países depende muito também da inovação tecnológica de produtos, como bens e serviços, e de processos de produção. A utilização de novos conhecimentos é importante para as atividades produtivas, como assinala Tartaruga (2012). O processo de inovação incorpora elementos organizacionais das empresas, inovações sociais e institucionais em indústrias, regiões ou nações. O

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.106

surgimento das inovações não se espalha por todos os países, regiões ou locais; ele ocorre fundamentalmente nos centros urbanos e tecnológicos mais desenvolvidos, levando à chamada concentração espacial das inovações e da manutenção da produção.

O desempenho econômico de uma região é impactado pela difusão de conhecimentos novos e já consolidados, como aponta Tartaruga (2012). A distribuição desses conhecimentos em uma rede de atores em determinada localidade, entre empresas, universidades, clientes e concorrentes, amplia a atividade produtiva nesse local.

O sucesso econômico de algumas cidades e regiões é explicado também por fatores como especialização e diversificação. Segundo Tartaruga (2012), a especialização estimula vantagens em um aglomerado de um mesmo tipo de indústria por causa da densidade "de mercados de trabalho especializados, do acesso a fornecedores e a mercados especializados, e do transbordamento de conhecimento local" (Tartaruga, 2012, p. 7). A diversificação das atividades econômicas em um mesmo local estimula "o aproveitamento de complementaridades entre diferentes conhecimentos dentro de processos de troca entre setores diferentes, gerando oportunidades de inovação" (Tartaruga, 2012, p. 7). Exemplos disso são os benefícios das cidades diversificadas de Jane Jacobs.

"A comunidade, o capital social e a classe criativa são outros fatores importantes de aglomeração" (Tartaruga, 2012, p. 7). Relacionamentos pessoais, tradições e normas informais que compõem uma comunidade podem se entrelaçar e contribuir para o desenvolvimento econômico de uma região. Quando esses fatores favorecem a integração, a organização e a coordenação social dos indivíduos em torno de um projeto comum de desenvolvimento, aumentam-se as possibilidades de êxito econômico (Tartaruga, 2012, p. 7). Haveria, portanto, maior confiança entre as pessoas e maior capital social disponível.

Outra questão importante apontada por Tartaruga é o contato face a face entre as pessoas nos processos de aprendizagem e de inovação, nomeado por ele como o burburinho das cidades (buzz cities). Tal burburinho proporciona a troca de informações e a participação em redes de colaboração. O contato direto é estimulante e contribui para a solução de problemas relacionados a incentivos, favorece a socialização e a construção do saber, além de oferecer motivações psicológicas que impulsionam as ações econômicas (Tartaruga, 2012, p. 7).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia sempre manteve uma estreita relação com a geografia, como se pode observar ao longo da história de ambas as ciências, especialmente nos estudos sobre o

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.106

desenvolvimento de determinadas economias em regiões específicas e sobre a distribuição espacial das atividades produtivas. Até a crise de 1929, essa relação foi fortemente influenciada pela ideologia liberal, segundo a qual o comércio global poderia atuar como uma espécie de mecanismo neutralizador das diferenças entre regiões e nações. O livre-mercado, defendido por Adam Smith, era compreendido como elemento central para o funcionamento das economias. No entanto, com a grande crise e, posteriormente, a partir dos anos 1930, sob influência do keynesianismo, geógrafos e economistas passaram a estudar com maior atenção as desigualdades entre cidades, regiões e países, bem como o papel do Estado no desenvolvimento econômico.

A partir dos anos 1960, a teoria crítica, especialmente o marxismo, passou a influenciar a geografia e a geografia econômica. Buscou-se, então, realizar uma análise histórica das razões do desenvolvimento desigual e da divisão territorial do trabalho, demonstrando suas implicações econômicas, políticas e sociais. A acumulação de capital e sua reprodução passaram a ser estudadas em diferentes regiões e setores de atividade econômica. Outro aspecto importante nos estudos marxistas da geografia econômica refere-se aos processos de exploração do trabalho. Essas novas perspectivas ampliaram a compreensão sobre a relação entre a produção do espaço e os processos econômicos, sociais e políticos. Alguns autores, no entanto, criticam determinados limites do marxismo e propõem estudos híbridos, articulando a teoria crítica a outras abordagens, como os estudos cepalinos, vinculados à vertente econômica desenvolvimentista latino-americana.

Na atualidade, algumas interpretações associadas ao neoliberalismo e aos interesses do capital financeiro e empresarial defendem que a globalização e o amplo desenvolvimento das tecnologias informacionais e computacionais teriam conduzido a um mundo sem fronteiras, sem distâncias e amplamente conectado. No entanto, muitos autores críticos da geografia econômica contemporânea discordam dessa leitura e demonstram que a tecnologia permanece concentrada em determinadas cidades, regiões e países, não se difundindo de maneira homogênea pelo globo nem pelas regiões internas de um mesmo país. As tecnologias de ponta concentram-se, em grande medida, nas empresas mais bem-sucedidas, o que revela a ausência de uma efetiva democratização tecnológica. Além disso, a hiperconectividade anunciada não supera a importância do encontro presencial, da comunidade e da vizinhança na construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática. Assim, mesmo em um mundo globalizado e digitalizado, o território continua sendo decisivo para compreender as desigualdades econômicas e sociais, pois a conexão virtual não elimina a importância das relações

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.106

presenciais, das condições locais e das especificidades espaciais na organização da vida econômica e social.

REFERÊNCIAS

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. A questão regional no Brasil contemporâneo. In: CARLEIAL, Liana M.F., LAVINAS, Lena e NABUCO, Maria R. (org.). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. SãoPaulo: Anpur/Hucitec, 1993. p. 11-18.

CLAVAL, Paul. Geografia Econômica e Economia. **GeoTextos**, vol.1, n.1, 2005. UniversitÈ de Paris-Sorbonne. Paul Claval 11-27.

EGLER, Claudio Gonçalves. Crise e questão regional no Brasil. Campinas: Instituto de Economia da Universidade de Campinas, 1993. 235 p. (Tese, doutorado em Ciências: Economia).

EGLER, Claudio Gonçalves. Crise e dinâmica das estruturas produtivas regionais no Brasil. In: CASTRO, InáE., CORRÊA, Roberto L. e GOMES, Paulo C. C. Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 185-222.

FILHO, Luis Lopes Diniz. **Contribuições e Equívocos das Abordagens Marxistas na Geografia Econômica**: Um Breve Balanço. Terra Livre. São Paulo. Ano 18, vol. I, n. 18. 2002.

FRIEDMAN, Thomas L. **O Mundo é Plano**: Uma Breve História do Século XXI. Nova York: Picador, 2007.

KRUGMAN, Paul R. Development, Geography and Economic Theory. Cambridge: The M.I.T Press, 1997.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de e REICHSTUL, Henri-Philipe. Mudanças na divisão regional do trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

OHMAE, Kenichi. Putting global logic first. Harvard Business Review New York, p. 119-124, jan.-feb. 1995.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas. Londres, 1776.

SOJA, Edward W. Uma interpretação materialista da espacialidade. In: BECKER, Bertha K. **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro; UFRJ / Departamento de Geografia, 1983. P. 64-81.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.106

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TARTARUGA, Iván Gerardo Peyré. Os desafios da geografia econômica na atualidade: território, globalização e desenvolvimento. **Seminário do Programa de Pós-Graduação em Geografia** – UFRGS. Porto Alegre (RS) – Brasil. Volume: 5º. 2012.

Agradecimentos e fontes de financiamento

Palavras iniciais: Agradecemos à Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências — Programa de Pós-graduação em Geografia. O artigo e orientação foram realizados com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 - Bolsa de pós-doutorado - (PIPD).

Submetido em: 11 de Maio de 2026
Aprovado em: 13 de Maio de 2026
Publicado em: 13 de Maio de 2026

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional